

Prova objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade - Psicologia TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) este caderno de prova, contendo 70 questões objetivas, o tema de redação;
 - b) uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - c) um caderno de respostas destinado à redação.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - c) marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, *notebook*, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal de sala, que determinará o seu recolhimento em embalagens não reutilizáveis fornecidas pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
9. Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/01/2015**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba.
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **28/01/2015** até as 23h59 do dia **29/01/2015**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – “A história está repleta de erros memoráveis. Muitos foram cometidos por pessoas bem-intencionadas que simplesmente tomaram decisões equivocadas e acabaram sendo responsáveis por grandes tragédias. Outros, gerados por indivíduos motivados por ganância e poder, resultaram de escolhas egoístas e provocaram catástrofes igualmente terríveis.” (*As piores decisões da história*, Stephen Weir)

1

A primeira frase do texto 1, no desenvolvimento desse texto, desempenha o seguinte papel:

- (A) aborda o tema de “erros memoráveis”, que são enumerados nos períodos seguintes;
- (B) introduz um assunto, que é subdividido no restante do texto;
- (C) mostra a causa de algo cujas consequências são indicadas a seguir;
- (D) denuncia a história como uma sequência de erros cometidos por razões explicitadas a seguir;
- (E) faz uma afirmação que é comprovada pelas exemplificações seguintes.

2

As palavras “tragédias” e “catástrofes” foram empregadas no texto 1 para:

- (A) repetir a mesma ideia contida em “erros memoráveis”;
- (B) construir a coesão textual entre os períodos;
- (C) dimensionar a gravidade dos erros cometidos;
- (D) intensificar a razão humana que conduz a erros;
- (E) mostrar a visão parcial de um dos lados dos fatos históricos.

3

Os dois últimos períodos do texto 1 mostram um paralelismo semântico ou sintático, que só NÃO se realiza no seguinte par de termos:

- (A) muitos / outros;
- (B) foram cometidos / gerados;
- (C) pessoas bem-intencionadas / indivíduos motivados por ganância e poder;
- (D) tomaram decisões equivocadas / provocaram catástrofes;
- (E) grandes tragédias / catástrofes igualmente terríveis.

4

O texto 1 mostra seguidamente a participação do enunciador no assunto veiculado; o segmento em que essa participação está exemplificada de forma inadequada é:

- (A) seleção de adjetivos subjetivos: “grandes tragédias”;
- (B) dúvida tendenciosa: “motivados por ganância e poder”;
- (C) opinião particular: “pessoas bem-intencionadas”;
- (D) parcialidade no julgamento: “catástrofes terríveis”;
- (E) análise pessoal: “escolhas egoístas”.

5

No texto 1, a palavra “bem-intencionada” aparece grafada com hífen; o Novo Acordo Ortográfico diz que “Nas palavras em que o primeiro elemento é *bem-*, a regra geral é o emprego do hífen, não importando se o segundo elemento começa por vogal ou consoante”. Sobre esse caso, a afirmação correta é:

- (A) a palavra foi mal grafada, pois deve ser escrita sem hífen;
- (B) a palavra foi bem grafada já que se trata da junção de um advérbio de modo + adjetivo;
- (C) a palavra foi bem grafada, pois se trata de um adjetivo composto com um elemento de valor prefixal;
- (D) a palavra foi mal grafada, visto que não se trata de um vocábulo, mas de dois;
- (E) a palavra foi bem grafada, pois houve mudanças nesse emprego, com as novas regras.

Texto 2 - “A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria. No todo, a história sugere quão imprudente é para um hóspede na casa de um homem levar consigo, ao partir, a esposa do anfitrião. Acrescentamos a esse erro crasso a dupla idiotice da raiva e da inveja, agravadas quando o marido abandonado, Menelau, insistiu nos direitos de um velho tratado e arrastou todo o seu reino e os dos vizinhos em missão de vingança. Muitos deles demoraram quase vinte anos na guerra e no retorno, para não falar na maioria que morreu, deixando os lares e as famílias no desamparo e na ruína – mal sobrevivendo, sugerem os registros, a assédios diversos e a desastres naturais.” (*Menelau e a esposa perdida*, Stephen Weir)

6

O erro histórico aludido nesse texto 2 inclui um conjunto de defeitos humanos; aquele que está caracterizado de forma imperfeita, por NÃO fazer parte do texto, é:

- (A) a imprudência do hóspede, que sequestrou a mulher de Menelau;
- (B) o espírito de vingança de Menelau, que arrastou os reinos gregos para a Guerra de Troia;
- (C) a irresponsabilidade de alguns heróis, que deixaram suas famílias ao desamparo;
- (D) a raiva e a inveja do marido traído, que provocou o conflito entre gregos e troianos;
- (E) a beleza de Helena, que seduziu o hóspede do marido.

7

“A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria.”

Sobre os componentes desse segmento do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) os termos “de Helena” e “de Troia” desempenham a mesma função sintática;
- (B) a saga do rapto de Helena e a Guerra de Troia são acontecimentos sucessivos, sendo o segundo causa do primeiro;
- (C) o verbo “continuar” é um verbo de ligação, expressando mudança de estado;
- (D) a Guerra de Troia, segundo o texto, é o exemplo mais importante dos problemas trazidos pela luxúria;
- (E) na expressão “perigos da luxúria”, o termo “da luxúria” representa a causa dos “perigos” aludidos.

8

No texto 2, os elementos sublinhados se referem a termos anteriores; a correspondência identificada corretamente é:

- (A) consigo / um hóspede;
- (B) esse erro / a imprudência de Helena;
- (C) seu / do hóspede;
- (D) os / os erros;
- (E) que / muitos deles.

Texto 3 - Sobre esse acontecimento referido no texto 2, o historiador grego Heródoto disse o seguinte: “Até então, não houvera de uma parte e de outra mais do que raptos; depois do acontecido, porém, os Gregos, julgando-se ofendidos em sua honra, fizeram guerra à Ásia, antes que os asiáticos a declarassem à Europa. Ora, conquanto lícito não seja raptar mulheres, dizem os Persas, é loucura vingar-se de um rapto. Manda o bom senso não fazer caso disso, pois sem o próprio consentimento delas decerto não teriam as mulheres sido raptadas.” (Heródoto, *História*).

9

No texto 3, Heródoto relativizou o ocorrido, por meio da seguinte estratégia:

- (A) retirando importância de uma declaração de guerra;
- (B) mostrando os raptos como acontecimentos aceitáveis;
- (C) indicando a colaboração de Helena no próprio rapto;
- (D) revelando a licitude do ato de raptar mulheres;
- (E) demonstrando que a vingança não é fruto do bom-senso.

10

No texto 3 há uma série de marcas que indicam antiguidade; entre elas, a que formalmente mostra uma variação antiga é:

- (A) a referência a fatos antigos da história grega;
- (B) a utilização constante da forma simples do mais-que-perfeito;
- (C) uso de termos raros como “conquanto”;
- (D) a repetida inversão de ordem sintática;
- (E) o emprego da voz passiva.

11

A forma verbal “houvera”, no texto 3, corresponde à forma simples do mais-que-perfeito do indicativo do verbo haver; as formas compostas equivalentes a essa forma simples são:

- (A) era havido / tinha havido;
- (B) tinha havido / havia havido;
- (C) havia havido / seja havido;
- (D) seja havido / tinha sido havido;
- (E) tinha sido havido / era havido.

12

“conquanto lícito não seja raptar mulheres”; a forma dessa frase que modifica o seu sentido original é:

- (A) ainda que lícito não seja raptar mulheres;
- (B) apesar de lícito não ser raptar mulheres;
- (C) mesmo que lícito não seja raptar mulheres;
- (D) malgrado lícito não seja raptar mulheres;
- (E) se lícito não é raptar mulheres.

13

“julgando-se ofendidos em sua honra”; essa frase do texto 3 poderia estar corretamente expressa numa oração desenvolvida por:

- (A) após se julgarem ofendidos em sua honra;
- (B) quando se julgaram ofendidos em sua honra;
- (C) caso se tenham julgado ofendidos em sua honra;
- (D) dado que se julgaram ofendidos em sua honra;
- (E) por se julgarem ofendidos em sua honra.

Texto 4 – “O caminho para baixo era estreito e íngreme, e tanto os homens quanto os animais não sabiam onde estavam pisando, por causa da neve; todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo perdiam o equilíbrio e despencavam no precipício. A esses perigos eles resistiam, pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga. Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.” (Políbio, *Histórias*).

14

Esse texto 4 fala de um outro erro histórico, cometido por Aníbal, general de Cartago, que pretendeu chegar a Roma atravessando os Alpes durante o inverno.

Entre as razões abaixo, aquela que NÃO deve ser vista como causa dos problemas enfrentados pelo exército de Aníbal é:

- (A) a estreiteza do caminho nas montanhas;
- (B) a não identificação do traçado dos caminhos;
- (C) a grande altura por que passavam as tropas;
- (D) a existência comum de avalanches;
- (E) o nervosismo e o desespero dos soldados.

15

“pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios”; O termo “àquela altura” se refere:

- (A) ao momento por que passavam;
- (B) à altitude das montanhas;
- (C) à dimensão dos caminhos;
- (D) ao modo por que atravessavam os caminhos;
- (E) à consequência dos fatos anteriores.

16

“tanto os homens quanto os animais”; “todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo”. Nesses dois segmentos do texto 4, os conectores tanto/quanto e ou indicam, respectivamente:

- (A) comparação e alternância;
- (B) semelhança e alternância;
- (C) adição e adição;
- (D) comparação e adição;
- (E) adição e alternância.

17

“A(1) esses perigos eles resistiam, pois àquela(2) altura já se haviam acostumado a(3) tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a(4) um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga.”

Nesse segmento do texto 4 há quatro ocorrências numeradas da preposição A; dessas quatro ocorrências, as exigidas pela regência verbal são:

- (A) 1-2-3;
- (B) 2-3-4;
- (C) 1-2-4;
- (D) 1-3-4;
- (E) 1-2-3-4.

18

“Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.”

A troca de posição de termos desse segmento que altera o sentido original é:

- (A) uma avalanche anterior / uma anterior avalanche;
- (B) já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta / havia arrastado da encosta cerca de trezentos metros;
- (C) agravava ainda mais a situação / agravava mais ainda a situação;
- (D) os soldados mais uma vez / os soldados uma vez mais;
- (E) quase caíram em desespero / caíram quase em desespero.

19

Duas formas verbais sucessivas do texto 4 que mostram sucessão cronológica de ações são:

- (A) sabiam / estavam pisando;
- (B) saíam / tropeçavam;
- (C) perdiam / despencavam;
- (D) resistiam / haviam acostumado;
- (E) chegaram / era.

20

“chegaram a um lugar onde o caminho era estreito”; nesse segmento do texto 4 ocorre o emprego correto do vocábulo sublinhado. A frase abaixo em que o emprego do mesmo vocábulo também mostra correção é:

- (A) Os soldados sentiram desespero pelo momento onde todos estavam.
- (B) Em função do mau tempo por onde passavam, decidiram mudar o caminho.
- (C) No final da tarde, onde as nuvens se escondiam, tudo era mais perigoso.
- (D) Na viagem, onde tudo era desconhecido, as surpresas preocupavam.
- (E) No meio da noite, onde o medo aumenta, o comandante tranquilizava a todos.

Legislação Específica**21**

Carmem, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, foi aposentada por invalidez por doença psiquiátrica. Meses depois, Carmem se recuperou da enfermidade e, desejando regressar ao serviço público, ajuizou ação ordinária em face do Estado da Bahia. Durante a instrução probatória, por meio de perícia judicial que ratificou a nova conclusão de junta médica oficial, restou comprovado que Carmem se curou completamente da doença e está apta a voltar ao trabalho. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, no caso em tela:

- (A) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, porque a aposentadoria por invalidez é ato irrevogável;
- (B) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público por determinação judicial, mas somente por vontade do próprio poder público estadual;
- (C) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reintegração;
- (D) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reversão;
- (E) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da readaptação.

22

João, servidor público civil estadual ocupante de cargo efetivo, com o objetivo de colaborar com sua irmã Maria, igualmente servidora pública estadual, que sofreu um acidente e estava impossibilitada de se locomover, atuou como seu procurador junto a determinada repartição pública estadual, para tratar de assunto relativo à percepção de remuneração e benefícios assistenciais em favor dela. Pelos fatos narrados, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/94 da Bahia, em matéria de sanção disciplinar, João:

- (A) não praticou falta funcional, mas está sujeito a ser advertido;
- (B) praticou falta funcional e está sujeito à pena de multa;
- (C) praticou falta funcional e está sujeito à pena de suspensão;
- (D) praticou falta funcional e está sujeito à pena de demissão;
- (E) não praticou falta funcional, porque existe autorização legal expressa para tal hipótese.

23

Em relação à licença à gestante e à adotante, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia estabelece que:

- (A) à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença;
- (B) pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos;
- (C) no caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso;
- (D) no caso de natimorto, decorridos 5 (cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício;
- (E) à servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 90 (noventa) dias consecutivos.

24

Sobre a Ouvidoria Judicial, de acordo com o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça da Bahia, aprovado pela Resolução nº 05, de 27 de março de 2013, é correto afirmar que:

- (A) sua finalidade é exclusivamente receber reclamações contra servidores da Justiça e magistrados, possibilitando aos cidadãos participação no aprimoramento dos serviços jurisdicionais;
- (B) a coordenação das atividades da Ouvidoria Geral é exercida por um Juiz de Direito de entrância final, denominado Assessor Especial, indicado pela 2ª Vice-Presidência e aprovado pelo Tribunal Pleno;
- (C) é o órgão destinado a programar, coordenar e executar as políticas e articulações dos processos de comunicação social, internos e externos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidência do Tribunal de Justiça;
- (D) é responsável por observar as normas e padrões técnicos relativos à segurança, manuseio de equipamentos de combate a incêndio e medidas de proteção contra acidentes nas instalações do Poder Judiciário;
- (E) é competente para promover a interlocução entre organismos sociais, imprensa, cidadão e Poder Judiciário, bem como tem por objetivo dar publicidade às ações do Judiciário.

25

Determinado Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Estadual, que lhe imputa a prática de crime comum. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é competente para processá-lo e julgá-lo originariamente:

- (A) o Tribunal Pleno;
- (B) a Turma Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (C) a Seção Criminal;
- (D) a Câmara Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (E) o Juízo Criminal de primeiro grau do local do fato, escolhido por livre distribuição.

26

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compete ao Conselho da Magistratura:

- (A) organizar e publicar, anualmente, a lista de substituição dos juízes de primeiro grau;
- (B) dar instruções aos juízes, respondendo às suas consultas, sobre matéria administrativa;
- (C) publicar, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro de cada ano, a lista de antiguidade dos magistrados;
- (D) autorizar os servidores da Justiça a exercer comissões temporárias, a prestar serviços em outros órgãos públicos e a exercer cargos eletivos;
- (E) expedir os atos de nomeação, remoção, promoção, permuta, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

27

Em regra, dependem de preparo, consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:

- (A) os reexames de sentença e os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Fazenda Pública e por entidades da administração indireta, assim como as ações por eles intentadas;
- (B) os processos e recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (C) os conflitos de competência, as exceções de impedimento, de suspeição e de incompetência;
- (D) as ações diretas de inconstitucionalidade, as reclamações e os pedidos de intervenção;
- (E) os mandados de segurança, sendo que, quando indicados os litisconsortes, o preparo incluirá as cartas, inclusive as de ordem a serem expedidas.

28

De acordo com a Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, ao escrivão e ao diretor de Secretaria de Vara compete, de modo geral:

- (A) manter o edifício do fórum aberto e em condições de funcionamento, nos dias e no horário do expediente;
- (B) zelar pelo recolhimento da taxa judiciária e demais exigências fiscais;
- (C) escriturar, em livro especial, com discriminação de cada uma das Varas, a receita e a despesa dos depósitos, remetendo ao juiz competente o balanço mensal de escrituração;
- (D) fazer inventário e avaliação de bens e lavar termos de penhora;
- (E) cumprir os mandados, fazendo citações, intimações, notificações e outras diligências emanadas do juiz.

29

Consoante determina a Lei nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, para o pleno desempenho de suas finalidades, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, que se traduz, entre outros, no seguinte atributo:

- (A) dispor de orçamento próprio, de sua iniciativa;
- (B) editar diretamente ato normativo com alteração do número de membros do Tribunal de Justiça;
- (C) sancionar lei sobre criação e extinção de cargos, inclusive de magistrados;
- (D) remeter ao Governador, para a devida nomeação e publicação na imprensa oficial, a lista dos aprovados em concurso público para ingresso na carreira da Magistratura;
- (E) editar diretamente ato normativo com alteração da organização e divisão judiciárias.

30

Em relação à pena disciplinar de demissão dos servidores da Justiça, a Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) estabelece que:

- (A) a prescrição ocorre em 2 (dois) anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido;
- (B) é aplicada ao servidor estável, em virtude de sentença judicial ou de sindicância sumária;
- (C) ocorre nos casos de falta de cumprimento dos deveres funcionais;
- (D) é aplicável em casos de reiterada negligência;
- (E) é competente para aplicá-la o Conselho da Magistratura.

31

Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que:

- (A) o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- (B) somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;
- (C) o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;
- (D) fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;
- (E) fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

32

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia estabelece que compete ao Desembargador Revisor:

- (A) decidir os incidentes que não dependem de acórdão e executar as diligências necessárias ao julgamento;
- (B) indeferir petições iniciais de ações da competência originária do Tribunal;
- (C) sugerir ao Relator medidas ordinatórias do processo, que tenham sido omitidas, ou surgidas após o relatório;
- (D) homologar desistências e transações, e decidir, nos casos de impugnação, o valor da causa;
- (E) processar a execução do julgado, na ação originária, podendo delegar atos não decisórios a juiz de primeiro grau.

33

A Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) dispõe que, para o exercício das atividades jurisdicionais, o território do Estado da Bahia constitui seção judiciária única, fracionada, contudo, para efeitos de administração da Justiça. Nesse contexto, entende-se como:

- (A) Subseção Judiciária, o agrupamento de Circunscrições Judiciárias;
- (B) Região Judiciária, o conjunto das Subseções Judiciárias;
- (C) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de comarcas e comarcas não-instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas;
- (D) Comarca, unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Vara constituída por mais de um juízo;
- (E) Vara, unidade de divisão judiciária autônoma, sede de juízo único, ou múltiplo quando desdobrada em vários juízos.

Noções de Informática

34

João está trabalhando num texto escrito em português. Porém, como há trechos que contêm longas citações em inglês, João fica incomodado pelas marcações que apontam erros de ortografia na maioria das palavras inglesas, pois o idioma do texto está definido como “Português”. Além disso, João gostaria que houvesse ajuda também para identificar e corrigir eventuais erros ortográficos nos trechos em inglês. No LibreOffice 4.2 uma solução para resolver essas dificuldades e conseguir o que João deseja é:

- (A) selecionar cada um dos trechos em inglês e desligar o corretor ortográfico para a seleção;
- (B) posicionar o cursor sobre cada um dos termos em inglês que foram marcados pelo corretor e adicioná-los ao dicionário em uso;
- (C) selecionar cada um dos trechos em inglês e alterar o idioma da seleção para “Inglês”;
- (D) reinstalar o LibreOffice no modo “personalizado” e escolher o conjunto completo de idiomas disponibilizados;
- (E) digitar os textos em inglês num arquivo separado, corrigir eventuais erros, e reuni-los novamente num único arquivo.

35

Considere duas planilhas, **LO** e **EX**, criadas respectivamente com o LibreOffice 2-4 Calc e o MS Excel 2010. O conteúdo das duas planilhas é idêntico, como descrito a seguir:

Célula	Fórmula	Valor
A1		2
A2		3
A3		5
A4		3
A5	=SOMA(A1:A4)	13

Considere que tenha sido efetuada uma sequência de comandos que removeu a terceira linha de cada planilha.

Após a execução desses comandos, o conteúdo da célula A4 em cada planilha **LO** e **EX**, respectivamente, é:

- (A) =SOMA (A1 : A3) e #VALOR!
- (B) =SOMA (A1 : A3) e =SOMA (A1 : A3)
- (C) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A4)
- (D) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A3)
- (E) #VALOR! e =SOMA (A1 : A3)

36

Analise as seguintes afirmativas a respeito das opções de configuração do navegador Chrome em sua versão mais recente.

I. A pasta onde os arquivos obtidos por download são gravados é necessariamente aquela que foi escolhida na página de configurações do Chrome. Para gravar um arquivo de download em outra pasta é preciso refazer essa escolha na tela de configurações.

II. Quando o Chrome é iniciado, há duas opções de inicialização: abrir a página nova guia, ou abrir uma página específica (ou conjunto de páginas). Não há opção para continuar de onde você parou na última utilização do Chrome.

III. Existe uma opção de configuração que determina se o mecanismo de preenchimento automático de formulários da Web com um clique deve ser ativado ou não.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) II e III;
- (D) III;
- (E) I e III.

37

O professor Eduardo pretende aplicar uma prova para seus quase sessenta alunos, mas quer espalhá-los pela sala a fim de evitar grupinhos de cola. Olhando para a planilha MS Excel, onde mantém a lista de alunos e o controle de notas da turma, Eduardo teve a ideia de imprimir cada cópia da prova de modo personalizado, com o nome do aluno estampado no cabeçalho, e distribuí-las em ordem alfabética. A prova está sendo editada por meio do LibreOffice Writer.

Para aproveitar os dados da planilha e assim evitar o trabalho de digitar cada um dos nomes no documento, o professor Eduardo deve utilizar o recurso:

- (A) Galeria;
- (B) Filtros XML;
- (C) Tabela Dinâmica;
- (D) Mala Direta;
- (E) Objeto OLE.

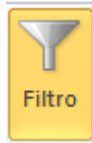
38

Depois de “copiar” (copy) um trecho de texto corrido, a operação “colar” (paste) no MS Word 2010 pode ser feita de diferentes maneiras. A opção “Colar especial.../Texto não formatado” faz com que:

- (A) o documento onde o trecho foi colado seja convertido para o tipo “Texto sem formatação (*.txt)”;
- (B) o trecho colado seja tratado como uma imagem *bitmap*;
- (C) o parágrafo onde o trecho foi colado seja formatado de acordo com o estilo “Normal”;
- (D) o trecho colado assuma a formatação correntemente aplicada ao ponto onde foi feita a colagem;
- (E) o trecho colado mantenha sua formatação original.

39

No MS Excel 2010, a guia “Dados” contém um procedimento identificado pelo ícone mostrado a seguir.



Um filtro aplicado a uma coluna X é usado para:

- (A) impedir a digitação, nas células da coluna X, de valores fora dos limites superior e inferior determinados por meio do filtro;
- (B) limitar os valores permitidos nas células da coluna X a uma lista especificada por meio do filtro;
- (C) exibir na planilha apenas as linhas que contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (D) remover da planilha todas as linhas que não contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (E) remover da planilha as linhas que contenham, na coluna X, valores que se repetem.

40

João vai fazer a apresentação de um relatório na sua empresa e preparou dois documentos: o primeiro é o relatório a ser projetado, já em formato PDF, de acordo com o padrão da empresa; o outro é um conjunto de anotações, gravadas num arquivo MS Word, contendo comentários que João gostaria de consultar durante a apresentação. Como a impressora onde João imprimiria suas anotações está indisponível, João precisa manter essas anotações na tela do computador, mas sem que estejam visíveis para a plateia, que deve ver na tela do projetor apenas o documento principal durante a apresentação.

No Windows 7, João pode obter uma configuração no computador que permita o que ele pretende:

- (A) abrindo o programa *Central de Sincronização*, no grupo *Acessórios*, e usando a opção *Gerenciar arquivos offline*;
- (B) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Ferramentas administrativas*, e usando a opção *Fontes de Dados*;
- (C) abrir o arquivo PDF por meio de um browser e usar o modo de visualização “lado a lado” no MS Word;
- (D) abrindo o programa *Conectar a um projetor* no grupo *Acessórios* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Estender*;
- (E) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Gadgets da área de trabalho* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Apresentação de Slides*.

Conhecimentos Específicos

41

O recasamento dos pais costuma ser cercado de problemas no campo dos relacionamentos, sobretudo no que tange à adaptação e à integração dos filhos ao novo ninho doméstico-familiar. Sobre tais problemas, NÃO é correto afirmar que:

- (A) a chegada de um novo cônjuge pode ser entendida pela criança como obstáculo à reconciliação dos pais;
- (B) os filhos podem sofrer conflitos de lealdade caso se permitam gostar do padrasto ou da madrasta;
- (C) os filhos temem que a entrada de uma nova pessoa no círculo familiar acarrete o afastamento de um de seus pais;
- (D) se os pais forem mais felizes no relacionamento com o novo cônjuge, os filhos serão mais felizes;
- (E) as regras distintas para filhos oriundos de casamentos diferentes geram constrangimento e comparação.

42

Já foram proferidas pela justiça brasileira sentenças determinando que pais pagassem indenizações por danos morais aos seus filhos. Por um lado, se a justiça tem a tarefa de chamar a atenção para a importância da convivência familiar, por outro lado, deve-se levar em conta que a sociedade, a família e a legislação contribuíram historicamente para o afastamento paterno em relação à prole. Fazendo frente a esse elemento histórico, temos em nossas leis um expediente que legitima pai e mãe a assumirem a criação dos filhos de forma corresponsável, qual seja:

- (A) guarda alternada;
- (B) guarda exclusiva;
- (C) guarda compartilhada;
- (D) tutela antecipada;
- (E) visitação livre.

43

Entre as medidas socioeducativas dispostas na Lei nº 8.069/90 (ECA), a internação só pode ser aplicada na hipótese de não haver outra medida adequada, devendo estar sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Nesse contexto, a medida de internação só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional:

- (A) cometido mediante grave ameaça a pessoa ou ao patrimônio público; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento, mesmo justificado, da medida anteriormente imposta;
- (B) cometido mediante violência a pessoa ou dano à propriedade; por reiteração no cometimento de outras infrações, brandas ou graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta;
- (C) de qualquer natureza cometido mediante a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta;
- (D) cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações, brandas ou graves; por descumprimento, mesmo justificado, da medida anteriormente imposta;
- (E) cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

44

José e Francisca possuem dois filhos, um adolescente do sexo masculino e uma criança do sexo feminino, e estão separados há cerca de dois anos. Na ocasião, Francisca saiu de casa e levou consigo os dois filhos. Em seguida, ela iniciou relacionamento com outra mulher, com a qual passou a coabitar. Ocorreu então que o adolescente quis residir com o pai e passou a repudiar a mãe. José pediu judicialmente a guarda do filho e Francisca pediu a guarda da filha, além da regulamentação de visita do jovem. O juiz encaminhou o caso ao psicólogo do Tribunal para uma avaliação.

O psicólogo incorrerá em infração ética, de acordo com o Código Profissional, caso ele:

- (A) opte pelo menor prejuízo para quebrar o sigilo, em descobrindo alguma situação de negligência dos genitores em relação à prole;
- (B) informe ao juiz sobre a união homossexual da mãe, mesmo considerando sua relevância para o resultado da avaliação que fundamentará a tomada da decisão judicial;
- (C) indique os pais e o adolescente para serviços de apoio, orientação e tratamento psicológicos, sem autorização judicial;
- (D) oriente a família a procurá-lo para o atendimento particular uma vez finda a prestação de sua avaliação;
- (E) deponha em juízo caso seja requisitado pela autoridade judicial para prestar esclarecimentos.

45

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault afirma que a prisão se tornou a punição por excelência e a matriz da vigilância panóptica nas sociedades disciplinares. Com efeito, a punição moderna passou a ser calculada essencialmente a partir do indivíduo em relação:

- (A) ao seu ato criminoso;
- (B) a sua virtualidade;
- (C) ao livre arbítrio;
- (D) à ofensa ao soberano;
- (E) ao pacto social.

46

Lacan interessou-se pelo crime dos paranoicos e, inicialmente, pouco se afastou da concepção edipiana que prevalecia na época. Entretanto, alguns anos depois, no seminário sobre a angústia, Lacan propôs uma concepção na qual o sujeito se reduz a um objeto excluído ou rejeitado, como uma ruptura do quadro da fantasia em direção ao real. Nesse caso, o crime cometido pelo sujeito pode ser visto enquanto despojado de significação simbólica. Tal concepção é chamada por Lacan de:

- (A) passagem ao ato;
- (B) acting out;
- (C) forclusão;
- (D) sublimação;
- (E) retorno do recalçado.

47

No campo da inquirição de crianças e adolescentes, é digno de nota o Depoimento sem dano, cuja experiência no Brasil foi iniciada em Porto Alegre pelo juiz de direito José Antônio Daltoé Cezar e implantada em diversos tribunais no país. Tal proposta de inquirição foi fortemente criticada pelo Conselho Federal de Psicologia, assim como por diversos psicólogos de importância no campo jurídico. Entre as críticas que podem ser feitas ao Depoimento sem dano, pode-se dizer que:

- (A) o uso de bonecas anatomicamente corretas é comprovadamente o meio mais adequado para revelação de abuso sexual;
- (B) a criança deve ser respeitada em sua vontade de calar-se e não revelar aspectos de sua vida íntima;
- (C) a reinquirição da criança na condição de vítima e testemunha em juízo não gera danos a ela;
- (D) a inquirição judicial é similar à entrevista psicológica, não havendo necessidade de substituir esta pela primeira;
- (E) a punição do acusado atende aos anseios da criança, não havendo razão para ela participar da audiência.

48

Bianca e Marcio separaram-se há cerca de três anos. Ela garante que o ex-cônjuge é ótimo pai, de modo que eles acordaram em conviver períodos iguais com a filha Maria, passando esta a alternar a semana entre os lares materno e paterno. Tal esquema vem ocorrendo dessa forma desde a separação, e Maria, com atuais onze anos de idade, se mostra bem adaptada. Todavia, Bianca, surpreendentemente, entrou com ação de guarda exclusiva em seu favor. Na medida em que as partes foram encaminhadas para avaliação psicológica, Bianca justifica sua iniciativa com o temor de que a filha perca a “referência de lar”, embora admita que Maria não demonstre nenhum desconforto nesse sentido. Ademais, Bianca deixa claro que se trata muito mais de uma necessidade sua do que propriamente da filha, pois possui menos tempo livre para se dedicar à filha do que Marcio. Por sua vez, Marcio considera Bianca uma boa mãe e compreende seus sentimentos, mostrando-se disponível para dialogar e negociar a convivência física da filha.

O psicólogo que fez o relatório sobre o caso foi acusado de infringir um dos princípios técnicos dispostos no Manual de Elaboração de Documentos Escritos (Resolução cfp nº 007/2003).

O trecho em que ele cometeu a infração foi:

- (A) “(...) a mãe ajuizou a presente ação de guarda com a demanda de proporcionar a referência de lar para a filha que, a seu ver, está prejudicada em vista do acordo de convivência física feito à época da separação”;
- (B) “(...) foram feitas duas entrevistas individuais com as partes e a criança, além de duas entrevistas conjuntas de Bianca e Marcio, haja vista a capacidade de ambos para dialogar e discernir as dificuldades pretéritas da conjugalidade em relação à parentalidade”;
- (C) “(...) Bianca e Márcio destacaram as diferentes rotinas que caracterizam a realidade de vida de cada um, reconhecendo não se tratar de algo que prejudique a filha. Ambos reconhecem que Maria gosta deles igualmente e demonstra estar adaptada ao esquema alternado de convivência”;
- (D) “(...) a demanda judicial visa atender mais às necessidades da mãe do que propriamente da criança, embora Marcio se mostre receptivo aos anseios de Bianca, sugerindo abdicar de um ou dois finais de semana em prol da convivência materna”;
- (E) “(...) apesar da disponibilidade para o acordo entre as partes, diversos autores de renome no campo da psicologia assinalam os aspectos prejudiciais da alternância de lar para o desenvolvimento infantil, sendo melhor fixar Maria num só lar nos dias de semana”.

49

Os fundamentos da teoria sistêmica de família desenvolveram-se a partir de outros campos da ciência, incluída a cibernética, entre outros domínios. Tal teoria é dividida em dois momentos consideravelmente distintos: a cibernética de primeira ordem e a cibernética de segunda ordem. Nesse sentido, na perspectiva da cibernética de primeira ordem, o sintoma é compreendido como a:

- (A) expressão de uma disfuncionalidade familiar que deve ser tratada individualmente;
- (B) soma das múltiplas disfuncionalidades individuais dos membros da família;
- (C) experiência de romper com a homeostase familiar que abre novas possibilidades;
- (D) tentativa de manter o equilíbrio delicado de um sistema disfuncional;
- (E) forma criativa, espontânea e inovadora de eliminar o sofrimento psíquico familiar.

50

O superego é uma das instâncias da personalidade que Freud descreveu no quadro de sua segunda teoria do aparelho psíquico, sendo o seu papel assimilável ao de um juiz ou censor inexorável. Por constituir-se através da interiorização das exigências e interdições parentais, o superego é definido classicamente como herdeiro:

- (A) do romance familiar;
- (B) da fantasia materna;
- (C) do complexo de Édipo;
- (D) da sexualidade perverso-polimorfa;
- (E) das fases da libido.

51

No livro “*A Verdade e as Formas Jurídicas*”, Foucault considera a formação da sociedade disciplinar e analisa as transformações na penalidade do século XIX, que “passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer.” (FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003)

Nos termos supramencionados, Foucault está se referindo à:

- (A) arqueologia do saber;
- (B) genealogia do poder;
- (C) construção de subjetividades;
- (D) periculosidade;
- (E) punição.

52

A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) configura como violência doméstica e familiar contra a mulher:

- (A) qualquer ação que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e danos morais;
- (B) qualquer omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento sexual ou psicológico e danos morais;
- (C) qualquer ação e omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento sexual e danos morais;
- (D) qualquer ação ou omissão, independentemente da relação de gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento sexual e dano patrimonial ou moral;
- (E) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

53

O Conselho Tutelar da Comarca X realizou visita de inspeção à entidade de acolhimento Criança Feliz, sediada na mesma comarca, tendo detectado irregularidades no funcionamento institucional. Entretanto, a entidade de acolhimento questionou a competência do Conselho Tutelar em fiscalizar entidades que atendam crianças e adolescentes.

De acordo com a situação descrita, em consonância com a Lei nº 8.069/90 (ECA), a instituição:

- (A) está correta em sua análise, pois a fiscalização das entidades governamentais e não governamentais é atribuição exclusiva do Ministério Público;
- (B) está errada em sua análise, pois as entidades governamentais e não governamentais serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares;
- (C) está correta em sua análise, pois a fiscalização das entidades governamentais e não governamentais é atribuição exclusiva do Judiciário;
- (D) está errada em sua análise, pois a fiscalização das entidades governamentais e não governamentais é atribuição exclusiva dos Conselhos Tutelares;
- (E) está correta em sua análise, pois as entidades governamentais e não governamentais serão fiscalizadas pelo Judiciário e pelo Ministério Público.

54

Segundo disposição contida na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso):

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

A garantia de prioridade compreende, dentre outras:

- I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

55

“O processo de adoção internacional tem início ainda no país de origem, onde é feita a habilitação para adoção, de acordo com a legislação de cada país.” (OLIVEIRA, D. Adoção internacional: quando o improvável acontece. In LADVOCAT, Cynthia & DIUANA, Solange. *Guia de adoção*. São Paulo: Roca, 2014).

Com relação ao trabalho de acompanhamento das crianças e adolescentes pelas equipes técnicas das Varas de Infância e Juventude nos processos de adoção internacional é correto afirmar que:

- I – Ocorre antes da vinda dos pretendentes à adoção ao Brasil, quando se busca preparar as crianças para a chegada dos adotantes ao solo brasileiro e para desligamento dos adotandos das instituições de acolhimento.
- II – Ocorre após a chegada dos adotantes no Brasil e início do estágio de convivência, quando se procura traçar um panorama do modo de vida dos adotantes no país de origem, bem como observar a formação de vínculos entre as crianças e os adotantes, a interação entre eles e as dificuldades encontradas.
- III – Ocorre após o retorno dos adotantes e ida dos adotandos ao país de origem dos primeiros, através de avaliações semestrais das equipes técnicas das Varas de Infância, com o fito de avaliar o êxito na adaptação às novas rotinas e detectar possíveis insucessos que ensejem o retorno dos infantes e/ou adolescentes ao Brasil.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente II e III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

56

“Desde o início do século XIX, popularizava-se entre os cientistas a antropometria, medição de ossos, crânios e cérebros que, por meio de comparações, pretendiam comprovar a inferioridade de determinados segmentos sociais, [tendo sido famosas] as teses de Paul Broca e Cesare Lombroso.” (COIMBRA, C. Jovens pobres. In FRAFA, P. C. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003).

Atuante em um período de constituição das primeiras alianças entre os discursos “psi” e o direito, Lombroso se tornou bastante conhecido por sua Antropologia Criminal, tendo sido responsável por categorizar indivíduos como:

- (A) perigosos comunitários e desviantes irrecuperáveis;
- (B) degradados morais e degenerados familiares;
- (C) tarados hereditários e inferiores malsãos;
- (D) criminosos natos e perigosos sociais;
- (E) indisciplinados sociais e desorganizados familiares.

57

“De acordo com o Relatório [Mundial sobre Violência e Saúde da OMS], em 48 pesquisas realizadas com populações do mundo todo, de 10% a 69% das mulheres relataram ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de sua vida. (...) A violência doméstica e o estupro seriam a sexta maior causa de anos de vida perdidos por morte ou incapacidade física em mulheres de 15 a 24 anos – mais do que todo tipo de câncer, acidentes de trânsito e guerras.” (MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In BRANDÃO, E. et GONÇALVES, H. S. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2011).

Os dados mundiais disponíveis suscitam a necessidade de retomar-se a ideia de que a violência doméstica expressa:

- (A) um fenômeno típico das classes pauperizadas mais vulneráveis socialmente;
- (B) uma dinâmica em que os agressores são portadores de psicopatologias disfuncionais;
- (C) a necessária criminalização das condutas perpetradas pelos agressores;
- (D) a forçosa repetição da violência, já que os agressores foram vítimas ao longo de sua vida;
- (E) um conjunto de relações de violência que se desenvolvem a partir de uma escalada da violência.

58

“Vivemos numa época em que um notório desenvolvimento científico mescla-se a um silenciamento ou a uma espetacularização acerca da morte. (...) Em tal contexto o velho passa a ser um sujeito vazio, impossível de ser compreendido, em relação ao qual não se tem sequer paciência. (...) O idoso é jogado para as margens da experiência social e cultural, e seu acolhimento dependerá de sua incorporação ao mercado.” (AGRA DO Ó, A. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. *Apud* COIMBRA, J.C. O psicólogo, o sistema de justiça e os casos de violência intrafamiliar contra idosos. In BRANDÃO, E. et GONÇALVES, H. S. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2011).

Verificamos que apesar da promulgação da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), e da criação de Varas do Idoso em alguns estados brasileiros, tais Varas, majoritariamente, não contam com equipes técnicas lotadas nestas serventias. Tal fenômeno pode ser compreendido pela:

- (A) falta de demanda de intervenções dos profissionais “psi” em processos de idosos;
- (B) existência de equipe técnica no Ministério Público que atende tal demanda;
- (C) remessa da demanda judicial para profissionais cedidos que se responsabilizam pela elaboração dos laudos;
- (D) falta de previsão legal para atuação da equipe interprofissional nestas Varas;
- (E) elaboração de laudos pelas equipes interprofissionais dos asilos de idosos que suprem a demanda judicial.

59

Cláudio e Márcia, devidamente habilitados por sua comarca de origem, foram contatados, via Cadastro Nacional de Adoção, para conhecer as gêmeas Amélia e Clarisse (4 anos), acolhidas em estado diverso do domicílio do casal e que estão destituídas do poder familiar com trânsito em julgado da sentença. Após meses de visitação, foi deferida a guarda para o casal. Na propositura da adoção, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o casal:

- (A) poderá formular o pedido diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes;
- (B) deverá buscar a Defensoria Pública atuante na Vara de Infância de sua comarca de domicílio para ingressar com a adoção;
- (C) necessitará acionar o Ministério Público que, na condição de fiscal da lei, é o legítimo responsável por propor a adoção;
- (D) precisará contratar advogado particular que, incumbido do múnus de ofício, é o legítimo autorizado a propor a adoção;
- (E) terá que se dirigir à equipe técnica psicossocial que os encaminhará ao órgão responsável por propor a ação.

60

O Sr. José Alfredo (66 anos) foi encontrado em um barraco pela Vigilância Sanitária desamparado e em precárias condições de saúde. Diante dos riscos a que vinha sendo exposto, foi colocado em instituição de acolhimento que atende idosos. Estudos psicossociais apontaram que o Sr. José Alfredo possui dois filhos, Antônio (30 anos) e Manoel (32 anos), e esposa, Sra. Ana Maria (55 anos), de quem está separado de corpos, mas não divorciado ou separado judicialmente. Em razão dessa informação, cogitou-se a propositura de ação de alimentos face aos filhos e à esposa, mas o idoso recusa peremptoriamente que a ação seja movida perante seu filho Manoel e sua esposa, desejando que apenas Antônio figure como polo passivo da ação. Segundo o idoso, Antônio seria um empresário bem sucedido, com boas condições financeiras, enquanto Manoel seria profissional autônomo da construção civil, que padece com dificuldades para sobreviver, o mesmo ocorrendo com sua esposa. À luz do Estatuto do Idoso, o Sr. José Alfredo:

- (A) não pode ser atendido em seu desejo, pois a obrigação alimentar preferencial é do descendente mais próximo;
- (B) não pode ser atendido em seu desejo, pois a obrigação alimentar preferencial é do cônjuge capaz;
- (C) pode ser atendido em seu desejo, pois a obrigação alimentar preferencial é do descendente com maior capacidade financeira;
- (D) não pode ser atendido em seu desejo, pois a obrigação alimentar é solidária, devendo ser seguida a ordem preferencial dos prestadores;
- (E) pode ser atendido em seu desejo, pois a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

61

João e Maria deram entrada no pedido de adoção dos irmãos Ana e José, que conheceram em uma entidade de acolhimento. Durante o estágio de convivência, porém, o casamento entrou em crise e o casal se separou. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o processo de adoção dos irmãos:

- (A) será extinto e as crianças retornarão para a entidade de acolhimento;
- (B) só poderá ter prosseguimento em nome de um dos ex-cônjuges, devendo o outro pedir a exclusão do polo ativo do pedido;
- (C) será arquivado e as crianças serão encaminhadas para novos adotantes do cadastro de pretendentes;
- (D) poderá ter prosseguimento, desde que João e Maria acordem sobre a guarda e o regime de visitas das crianças;
- (E) será desmembrado em dois processos, sendo cada um dos irmãos adotado por um dos ex-cônjuges.

62

O programa “Crack, é possível vencer” é um programa coordenado pelo Ministério da Justiça que desenvolve, em parceria com outros Ministérios, uma ação integrada com três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade. A rede de cuidados para o usuário de drogas é composta por serviços e equipamentos sobre os quais é correto afirmar que:

- (A) os consultórios de rua são equipamentos localizados em Unidades Básicas de Saúde ou no Programa de Saúde da Família que dispensam marcação prévia de consultas;
- (B) os CAPS AD II funcionam diuturnamente para atendimento de emergências clínicas e psiquiátricas dos usuários de álcool, crack e outras drogas;
- (C) o CAPSi acolhe crianças e adolescentes com transtornos mentais e/ou com problemas em decorrência do uso de álcool, crack e outras drogas;
- (D) as comunidades terapêuticas funcionam como hospitais de custódia nas hipóteses de aplicação de medida de segurança por cometimento de delitos sob efeito de drogas;
- (E) a internação compulsória em hospital psiquiátrico é a abordagem mais eficaz para a redução de danos do usuário de crack e outras drogas em situação de rua.

63

Tereza, 83 anos, viúva, pensionista militar, reside sozinha em seu apartamento e ocupa seu dia com atividades filantrópicas, religiosas e culturais. Seu filho Álvaro compareceu à Vara especializada em idosos requerendo orientação sobre os procedimentos para torná-lo curador da idosa. Considerando na análise desse caso o disposto na legislação que trata do direito do idoso:

- (A) não cabe a interdição da idosa enquanto mantiver o estado civil de viúva e receber renda suficiente para suas despesas com saúde, moradia e alimentação;
- (B) é dever intransferível e imprescritível do filho Álvaro gerir os bens e a renda de Tereza, considerando o vínculo de parentesco e o fato de ter a idosa ultrapassado a idade de 80 anos;
- (C) o idoso mentalmente preservado e independente pode gerir sua renda e pode optar por residir desacompanhado de seus familiares, não cabendo aí sua curatela;
- (D) compete ao tutor representar o idoso nos atos da vida civil envolvendo bens e rendimentos e assisti-lo nas decisões de menor complexidade atinentes à vida diária;
- (E) Tereza deverá residir em instituição asilar protegida, devendo Álvaro prestar contas ao juiz da administração de sua pensão alimentícia.

64

Durante a avaliação de um casal que requereu a habilitação para adoção, o psicólogo apurou que a requerente estava fazendo um tratamento à base de hormônios com vistas a uma nova tentativa de reprodução assistida e que ela e o marido depositavam muita esperança naquele procedimento. Assim, o psicólogo deu um parecer pela inabilitação temporária do casal e agendou entrevista de:

- (A) anamnese, com o objetivo de fazer um levantamento detalhado da história do desenvolvimento de cada um dos cônjuges;
- (B) advertência, com o objetivo de admoestar os postulantes pela judicialização de questões emocionais e conjugais;
- (C) diagnóstico, com o objetivo de investigar possíveis fatores ansiogênicos que possam contribuir para a infertilidade da requerente;
- (D) devolução, para comunicar aos requerentes o resultado da avaliação, ajudando-os a compreender as conclusões do processo naquele momento;
- (E) motivação, para estimular os pretendentes a refletir sobre as vantagens da filiação adotiva.

65

A Terapia Cognitivo-Comportamental baseia-se na premissa de que tanto no funcionamento normal do ser humano quanto no funcionamento patológico existe a inter-relação entre cognição, emoção e comportamento. De acordo com esse modelo de terapia:

- (A) para alcançar mudanças duradouras, as crenças nucleares disfuncionais devem ser identificadas e então questionadas e modificadas;
- (B) as crenças subjacentes são conceitos enraizados e fundamentais que o sujeito constrói sobre si próprio e sobre o mundo;
- (C) pensamentos automáticos são cognições inconscientes verbais e visuais de difícil manejo terapêutico, demandando o uso de técnicas como hipnose e regressão;
- (D) o uso de técnicas inspiradas na psicanálise clássica, como a interpretação da transferência e das resistências, promove insights e modificação comportamental;
- (E) pensamentos disfuncionais devem ser modificados através de condicionamento para a aquisição e aprendizagem de novos comportamentos.

66

O Projeto de Lei nº 6.583/2013 que foi apresentado na Câmara dos Deputados criava o Estatuto da Família, definindo entidade familiar como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher. Considerando as famílias formadas a partir da união entre dois homens ou duas mulheres, a Resolução nº 001/99 do CFP orienta os psicólogos:

- (A) a estimular a formação de novas configurações familiares incluindo casais homoafetivos, famílias multiparentais e a filiação socioafetiva;
- (B) a contribuir com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito contra aqueles que apresentam comportamentos homoeróticos;
- (C) a denunciar por falta ética os colegas que receberem em sua clínica pacientes homossexuais com transtornos de orientação sexual egodistônica;
- (D) a zelar pelo desenvolvimento psicosssexual saudável das crianças filhas de casais homoafetivos havidas naturalmente, por adoção ou por métodos de reprodução assistida;
- (E) a participar de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa, alertando a respeito da pedofilia e do abuso sexual intrafamiliar.

67

João levou sua esposa Lucia a uma emergência onde relatou que ela se recusava a amamentar o filho de 15 dias, alegando que ele havia sido possuído por um “espírito maligno” que tentaria se transferir para seu corpo. Lucia não dormia, cantava hinos religiosos e passou a dizer que cumpriria as ordens para “eliminar o obsessivo” que havia invadido a casa. A descrição do quadro apresentado por Lucia é compatível com o diagnóstico de:

- (A) depressão pós-parto;
- (B) esquizofrenia afetiva;
- (C) disforia pós-natal;
- (D) transtorno de personalidade histriônica;
- (E) psicose puerperal.

68

Roberto interfonou para o apartamento de seu vizinho Sergio reclamando que o carro de Sergio estava mal estacionado e impedia o estacionamento de seu veículo na garagem do prédio. Sergio desceu furioso, empurrou Roberto e desferiu improperios contra ele por ter atrapalhado seu descanso. O caso foi parar na Delegacia do bairro e foi encaminhado ao Juizado Especial Criminal, tendo a equipe técnica avaliado que seria um caso de aplicação da Justiça Restaurativa.

Nesse caso:

- (A) será instaurado um procedimento adversarial entre Roberto e Sergio para que cada um assuma sua parcela de responsabilidade no conflito;
- (B) Roberto e Sergio serão intimados a participar de reuniões de conciliação com um facilitador para resolver seu conflito;
- (C) Sergio terá a opção da transação penal de doação de cestas básicas a uma entidade beneficente ou de prestação de serviço comunitário;
- (D) Roberto será sensibilizado pela equipe técnica do Jecrim para conceder a remissão judicial a Sergio como forma de extinção do processo;
- (E) Roberto e Sergio serão convidados a resolver seu conflito com auxílio de um mediador através do diálogo e a construir um acordo para o futuro.

69

Anna Freud desenvolveu o conceito de perturbações do desenvolvimento, classificando os problemas da adolescência como os protótipos desses transtornos evolutivos. Dessa forma, Anna Freud atribuía o desequilíbrio psíquico e o comportamento instável característicos da adolescência:

- (A) aos conflitos internos associados à maturação sexual;
- (B) ao incremento das cobranças sociais e acadêmicas;
- (C) às perturbações patológicas do desenvolvimento na primeira infância;
- (D) ao funcionamento neurótico do núcleo familiar;
- (E) ao uso dos mecanismos de defesa de intelectualização e sublimação.

70

Verifica-se hoje um clamor de grande parte da sociedade brasileira pela redução da maioridade penal, sendo o tema alvo de diversas propostas em tramitação no Congresso Nacional. Os argumentos contra a redução da maioridade penal defendem que:

- (A) é preciso separar o adolescente infrator com menor discernimento daquele capaz de compreender o caráter criminoso de sua conduta;
- (B) o Estado tem sua responsabilidade na produção da violência quando fracassa na garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;
- (C) adolescentes são inimputáveis de acordo com o ECA e por isso não podem ser alvo de punições quando praticam atos infracionais;
- (D) a compreensão das condutas do sujeito deve priorizar uma perspectiva individualista, sem reducionismos sociais simplistas;
- (E) crimes hediondos e reincidências demandam intervenções na esfera da saúde mental em lugar da aplicação de medidas socioeducativas.

Redação

“Meu filho estuda em um colégio famoso da Zona Sul do Rio de Janeiro e, nesse colégio, possibilitaram aos alunos a realização de alguns testes de orientação vocacional, orientados por psicólogos. Eu e meu marido pagamos o que nos foi pedido e após uma imensidade de testes, meu filho recebeu o diagnóstico de que deveria encaminhar-se para uma área de estudos que privilegiasse a técnica. Ora, tal informação de pouco vale. Solicitei a devolução do dinheiro, mas até agora nada foi feito.”

Essa é uma carta de uma leitora insatisfeita com o atendimento prestado a seu filho; escreva o que você, como psicólogo, responderia a essa leitora num texto argumentativo de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em que você deve dar atenção primordial à estrutura e aos argumentos apresentados na defesa de suas posições.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

